



Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio

00-2016/438307-7
JUCERJA

05 dez 2016 13:25

Guia: 102172146

3330028205-0

Atos: 980

ESTACIO PARTICIPACOES S/A

HASH: D16124383077S

Cumprir a exigência no mesmo local da entrada. Junta » Calculado: 503,00
DNRC » Calculado: 0,00
Pagos: 503,00
Pagos: 0,00
ULT. ARQ.: 00002975930 23/11/2016 307

NIRE (da sede ou da filial, quando a sede for em outra UF)

33300282050

CÓDIGO DA NATUREZA JURÍDICA

(vide Tabela 1)

Nº I AU:

1- REQUERIMENTO

ILMº SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

NOME: ESTACIO PARTICIPACOES S/A

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 3330028205-0
Protocolo: 00-2016/438307-7 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO.

ED33000736-4/000
DATA: 06/12/2016

Bernardo F. S. Berwanger
SECRETÁRIO GERAL

TO

EMISSION DE DEBENTURES SIMPLES

2

(vide Instruções de preenchimento e Tabela 2)

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

RIO DE JANEIRO

Local

02 / 12 / 2016

Data

Nome:

JOÃO JOSÉ FURTADO AFONSO

Assinatura:

Despachante Documentalista

Telefone de contato: 96408-7478

CRD/RJ: 10256

2- USO DA JUNTA COMERCIAL

☒ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em ordem.
À decisão.

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência.
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e arquivar-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência.
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e arquivar-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Presidente da

Vogal

Turma

Vogal

Vogal

OBSERVAÇÕES:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A

Nire: 33300282050

Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA

Arquivamento: ED33000736-4/000

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



5293137

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA (4ª) EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA ESTÁCIO
PARTICIPAÇÕES S.A.**

ENTRE

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

**DATADA DE
2 DE DEZEMBRO DE 2016**



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000



5293138

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA (4ª) EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com registro de companhia aberta (categoria A) perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") obtido em 01 de janeiro de 2010, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Venezuela, nº 43, 6º andar, Saúde, CEP 20081-311, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.807.432/0001-10, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38 ("Agente Fiduciário", e em conjunto com a Emissora, "Partes"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada neste instrumento para representar a comunhão dos interesses dos titulares de Debêntures (conforme abaixo definidas) ("Debenturistas"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");

Celebram o presente Instrumento Particular de Escritura da Quarta (4ª) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Estácio Participações S.A. ("Escritura" ou "Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), nos termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é celebrada com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 2 de dezembro de 2016 ("RCA"), nos termos do parágrafo 1º, do artigo 59, da Lei das Sociedades por Ações, e do Estatuto Social da Emissora.

2. DOS REQUISITOS

2.1. A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. Arquivamento e Publicação da RCA

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

2



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000



2.1.1.1. A ata da RCA de que trata a Cláusula 1.1 acima será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Valor Econômico", nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.1.2. Os atos societários que eventualmente venham a ser realizados após o registro da Escritura serão igualmente arquivados na JUCERJA e publicados pela Emissora no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Valor Econômico", conforme legislação em vigor.

2.1.2. Inscrição e Registro da Escritura

2.1.2.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCERJA, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2.2. A Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original, caso o registro não seja eletrônico, ou cópia eletrônica (PDF), caso o registro seja eletrônico, desta Escritura e eventuais aditamentos, devidamente arquivados na JUCERJA, tempestivamente, após a obtenção dos referidos registros.

2.1.3. Dispensa de Registro na CVM

2.1.3.1. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição.

2.1.4. Depósito na CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP")

2.1.4.1. As Debêntures serão depositadas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente através da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto na Cláusula 3.8 abaixo, no mercado secundário por meio do CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP 21"), também administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.


2.1.5. Dispensa de Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.5.1. A presente Emissão, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição, poderá ser objeto de registro na ANBIMA, exclusivamente para fins de informar a base de dados da ANBIMA, nos termos do parágrafo 1º, inciso I, e do parágrafo 2º, ambos

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11



Handwritten signature or mark.


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000



5293140

do artigo 1º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” atualmente em vigor, desde que expedidas as diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA até o protocolo do comunicado de encerramento da Emissão.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social (i) o desenvolvimento e/ou a administração de atividades e/ou instituições nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e/ou outras áreas associadas à educação; (ii) a administração de bens e negócios próprios; e (iii) a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades, simples ou empresárias, no Brasil ou no exterior.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. Esta é a quarta (4ª) emissão pública de debêntures da Emissora.

3.3. Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em série única.

3.4. Montante da Emissão

3.4.1. O montante total da Emissão será de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

3.5. Quantidade de Debêntures

3.5.1. Serão emitidas 10.000 (dez mil) Debêntures.

3.6. Banco Liquidante e Escriturador

3.6.1. O banco liquidante da presente Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 (“Banco Liquidante”, cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante na prestação dos serviços de banco liquidante da Emissão), e o escriturador da Emissão será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 (“Escriturador” cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Escriturador na prestação dos serviços de escrituração da Emissão).

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000



3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos captados por meio da presente Emissão serão destinados para usos gerais de caixa da Emissora.

3.8. Distribuição, Negociação e Liquidação Financeira

3.8.1. As Debêntures serão depositadas (i) para distribuição no mercado primário por meio do MDA, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) para negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ambos administrados e operacionalizados pela CETIP.

3.8.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas, entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição pelo Investidor Profissional (conforme definido abaixo), nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez que verificado o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

3.9. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.9.1. As Debêntures serão objeto de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação, de forma individual e não solidária, para a totalidade das Debêntures, nos termos do “Instrumento Particular de Coordenação, Colocação e Distribuição com Esforços Restritos de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, sob Regime de Garantia Firme de Colocação da Quarta (4ª) Emissão Pública da Estácio Participações S.A.” (“Contrato de Colocação”), a ser celebrado entre a Emissora e instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários (“Coordenador Líder”), tendo como público alvo Investidores Profissionais.

3.9.2. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 (“Plano de Distribuição”). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais, nos termos do artigo 3º da Instrução CVM 476.

3.9.3. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Emissão descrita na presente Cláusula: (i) os fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

5



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000



5293142

os fins dos limites previstos na Cláusula 3.9.2 acima, conforme disposto no artigo 3º, parágrafo 1º, da Instrução CVM 476.

3.9.4. Nos termos da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada inclusive pela Instrução da CVM nº 554, de 17 de dezembro de 2014 (“Instrução CVM 539” e “Instrução CVM 554”, respectivamente) e para fins da Emissão, serão considerados:

(i) “Investidores Profissionais”: (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-A da Instrução CVM 539; (v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (vii) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (viii) investidores não residentes; e

(ii) “Investidores Qualificados”: (i) os Investidores Profissionais; (ii) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-B da Instrução CVM 539; (iii) as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e (iv) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam investidores qualificados.

3.9.4.1 Os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios serão considerados como Investidores Profissionais ou Investidores Qualificados apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social.

3.9.5. A Emissora compromete-se a não realizar a busca de Investidores Profissionais por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.9.6. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Emissão a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder e (ii) informar ao Coordenador Líder até o Dia Útil imediatamente subsequente a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Emissão.

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

6



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000



3.9.7. A Emissão não poderá ser aumentada em nenhuma hipótese.

3.9.8. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o Plano de Distribuição previsto nesta Cláusula.

3.9.9. Até o ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional assinará declaração atestando estar ciente de que, dentre outros: (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM e a ANBIMA; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Colocação e na regulamentação aplicável; e (iii) concorda com todos os termos e condições dessa Emissão.

3.9.10. Não será concedido qualquer tipo de desconto aos interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

3.9.11. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez, tampouco será celebrado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado, ainda, contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário

4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal Unitário").

4.1.2. Data de Emissão

4.1.2.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 9 de dezembro de 2016 ("Data de Emissão").

4.1.3. Prazo e Data de Vencimento

4.1.3.1. O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 30 (trinta) meses contados da Data de Emissão, ocorrendo, portanto, em 9 de junho de 2019 ("Data de Vencimento"), ressalvados os resgates antecipados facultativo e obrigatório, previstos na Cláusula 5.3, e as hipóteses de vencimento antecipado, previstas na Cláusula 5.4 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo Valor Nominal Unitário ou pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

7



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000



(conforme definidos abaixo) e Encargos Moratórios (conforme definidos abaixo), se houver, calculados na forma prevista nesta Escritura.

4.1.4. *Forma e Emissão de Certificados*

4.1.4.1. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.5.1. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido pela CETIP extrato em nome do Debenturista, o qual servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures, caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.1.6. *Espécie*

4.1.6.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, sem garantia adicional real ou fidejussória.

4.1.7. *Conversibilidade*

4.1.7.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.2. **Subscrição**

4.2.1. *Prazo de Subscrição*

4.2.1.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, em uma única data, a qualquer tempo, a partir da data de início da distribuição das Debêntures, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476 ("Data de Subscrição").

4.2.2. *Preço de Subscrição*

4.2.2.1. O preço de subscrição de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme definidos na Cláusula 4.5.1.1 abaixo), calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data da Subscrição.

4.2.3. *Direito de Preferência*

4.2.3.1. Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000



4.3. Integralização e Forma de Pagamento

4.3.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.

4.4. Atualização do Valor Nominal Unitário

4.4.1. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures por qualquer índice.

4.5. Remuneração

4.5.1. Juros Remuneratórios

4.5.1.1. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxas DI"), acrescida de uma sobretaxa (ou *spread*) de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por dias úteis corridos ("Juros Remuneratórios"), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, desde a Data de Emissão das Debêntures ou desde a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, o que tiver ocorrido por último, até a próxima data de pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme Cláusula 4.5.1.2 abaixo.

4.5.1.2. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de aquisição antecipada facultativa total, prevista na Cláusula 5.1.1(i), dos resgates antecipados facultativo e obrigatório, previstos na Cláusula 5.3, e de vencimento antecipado, previsto na Cláusula 5.4 abaixo, os Juros Remuneratórios serão pagos semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 9 de junho e 9 de dezembro de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures, sendo que o 1º (primeiro) pagamento de Juros Remuneratórios ocorrerá em 9 de junho de 2017.

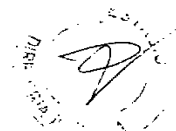
4.5.2. Forma de Cálculo dos Juros Remuneratórios

4.5.2.1. Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde,

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000



5293146

J = valor dos Juros Remuneratórios devidos na data de seu efetivo pagamento, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde,

FatorDI = produtório das Taxas DI desde a Data de Emissão ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde,

k = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 (um) até n_{DI} ;

n_{DI} = número total de Taxas DI, consideradas na apuração do "FatorDI", sendo " n_{DI} " um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

DI_k = Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa dos Juros Remuneratórios calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000



5293147

$$FatorSpread = \left[\left(\frac{Spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

onde:

spread = 1,5000 (um inteiro e cinco mil milésimos); e

DP = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.5.2.2. Para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios:

(i) o fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k)]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;

(ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k)]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

(iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

(iv) o fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e

(v) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

4.5.2.3. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.2.4. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver o substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), para os Debenturistas definirem, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado.

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

11



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000



5293148

Até a deliberação sobre o novo parâmetro a ser utilizado, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, será utilizada a última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.2.5. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, exceto na hipótese de impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures.

4.5.2.6. Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 3/4 (três quartos) das Debêntures, a Emissora resgatará antecipadamente e, consequentemente, cancelará a totalidade das Debêntures em circulação, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo saldo do seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, o que tiver ocorrido por último, até a data de seu efetivo pagamento. Nesta hipótese, para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.6. Repactuação

4.6.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.7. Amortização

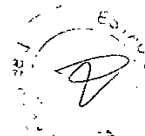
4.7.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado pela Emissora em 2 (duas) parcelas sucessivas e iguais, conforme tabela abaixo, salvo possibilidade de aquisição antecipada facultativa total, prevista na Cláusula 5.1.1(i), de realização dos resgates antecipados facultativo e obrigatório, previstos na Cláusula 5.3, e de vencimento antecipado, previsto na Cláusula 5.4.

DATA DE AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES A SER AMORTIZADO
9 de junho de 2018	50,0000%
9 de junho de 2019	50,0000%

4.8. Condições de Pagamento

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

12



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000

15



4.8.1. *Local de Pagamento e Imunidade Tributária*

4.8.1.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures (e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura) serão efetuados: (i) pela Emissora, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) pela Emissora, na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede da Emissora ou do Escriturador; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.8.1.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, até 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.8.1.3. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.8.1.2 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante ou pela Emissora.

4.8.1.4. Mesmo que tenha recebido a documentação referida na Cláusula 4.8.1.2 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora ou o Banco Liquidante por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.

4.8.2. *Prorrogação dos Prazos*

4.8.2.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, ou ainda, quando não houver expediente bancário na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ou na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

13



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000



4.8.3. Encargos Moratórios e Multa

4.8.3.1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, os quais serão calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sobre o valor devido e não pago, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios").

4.8.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.4.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.8.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento de Juros Remuneratórios e/ou Data de Vencimento.

4.8.5. Direito ao Recebimento dos Pagamentos

4.8.5.1. Farão jus ao recebimento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas nos termos desta Escritura aqueles que forem Debenturistas no encerramento do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

4.9. Publicidade

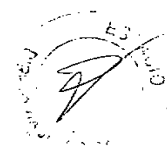
4.9.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Valor Econômico, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário qualquer publicação na data da sua realização. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo jornal.

5. DA AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA, DA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, DO RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, DO RESGATE ANTECIPADO OBRIGATÓRIO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Aquisição Antecipada Facultativa

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

14



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000



5.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476 e demais disposições aplicáveis, adquirir Debêntures no mercado, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e as regras expedidas pela CVM, devendo tal(is) aquisição(ões) constar(em) do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora; (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures, observada a restrição para negociação das Debêntures prevista na Cláusula 3.8.2 acima.

5.2. Amortização Extraordinária

5.2.1. Não haverá amortização extraordinária das Debêntures.

5.3. Resgate Antecipado Facultativo e Resgate Antecipado Obrigatório

5.3.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério, a partir da Data de Subscrição, exclusive (“Período de Resgate Antecipado Facultativo”), realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo”).

5.3.2. O Resgate Antecipado Facultativo somente poderá ocorrer, observado o Período de Resgate Antecipado Facultativo, mediante comunicação individual aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, ou mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário a ser divulgada nos termos da Cláusula 4.9 desta Escritura (“Comunicação de Resgate”), com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo (“Data de Resgate Antecipado Facultativo”). A Data de Resgate Antecipado Facultativo deverá, obrigatoriamente, ser um dia útil. No caso de Resgate Antecipado Facultativo, todas as Debêntures serão resgatadas na mesma data.

5.3.3. Na Comunicação de Resgate deverá constar: (i) a Data de Resgate Antecipado Facultativo; (ii) a menção de que o valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, será acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, o que tiver ocorrido por último, até a Data de Resgate Antecipado Facultativo, acrescido dos Encargos Moratórios devidos e não pagos, se houver; (iii) a menção de que sobre o valor do item “ii” acima incidirá um prêmio *flat* determinado com base na Data de Resgate Antecipado Facultativo (“Valor de Resgate Antecipado Facultativo”); e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo.

5.3.4. Além do pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis*

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050

Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA

Arquivamento: ED33000736-4/000

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



5293152

desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, o que tiver ocorrido por último, até a Data de Resgate Antecipado Facultativo, acrescido dos Encargos Moratórios devidos e não pagos, se houver, a Emissora deverá pagar prêmio *flat* incidente sobre o saldo devedor das Debêntures conforme indicado no período na tabela abaixo (“Prêmio”):

DATA DO REGATE ANTECIPADO FACULTATIVO	PRÊMIO <i>FLAT</i> DE RESGATE INCIDENTE
A partir da Data de Subscrição (exclusive) até 9 de junho de 2017 (inclusive)	1,10% (um inteiro e dez centésimos por cento)
De 9 de junho de 2017 (exclusive) até 9 de dezembro de 2017 (inclusive)	1,00% (um inteiro por cento)
De 9 de dezembro de 2017 (exclusive) até 9 de junho de 2018 (inclusive)	0,90% (noventa centésimos por cento)
De 9 de junho de 2018 (exclusive) até 9 de dezembro de 2018 (inclusive)	0,80% (oitenta centésimos por cento)
De 9 de dezembro de 2018 (exclusive) até 9 de junho de 2019 (exclusive)	0,70% (setenta centésimos por cento)

5.3.5. No caso de Resgate Antecipado Facultativo ou Resgate Antecipado Obrigatório (conforme abaixo definido) das Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate total seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

5.3.6. A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, sobre o respectivo Resgate Antecipado Facultativo ou Resgate Antecipado Obrigatório com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da respectiva Data de Resgate Antecipado.

5.3.7. As Debêntures resgatadas pela Emissora, conforme previsto nesta Cláusula 5.3, serão obrigatoriamente canceladas.

5.3.8. Caso a Emissora ou qualquer empresa controlada pela Emissora, nos termos do parágrafo 2º, do artigo 243, da Lei das Sociedades por Ações (“Controlada(s)”) desejem (i) conceder garantias a quaisquer dívidas, excetuando-se (a) a outorga de garantias em operações de investimento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ou a outros bancos de fomento da mesma natureza e (b) a concessão de fiança e/ou aval entre a Emissora e suas Controladas (e vice-versa), e de suas Controladas entre si, em garantia de processos judiciais cujo montante seja inferior a R\$ 564.000.000,00 (quinhentos e sessenta e quatro milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IPCA”), durante o prazo de vigência das Debêntures; e/ou (ii) acessar o mercado de capitais por meio de emissão de título de dívida em grau preferencial (sênior) em relação a presente Emissão,

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

16



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050

Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA

Arquivamento: ED33000736-4/000

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



5293153

deverá(ão) consultar previamente os Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, apresentando as características detalhadas das operações pretendidas, incluindo, mas não se limitando a, montante, taxa, prazo, garantias e destinação de recursos. Os procedimentos para deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas deverão observar os termos da Cláusula 8 desta Escritura de Emissão.

5.3.8.1 Caso a Assembleia Geral de Debenturistas não aprove as operações mencionadas na Cláusula 5.3.8 acima, ou caso não seja realizada Assembleia Geral de Debenturistas, em segunda convocação, por falta de *quorum* e a Emissora reafirme o interesse em executar qualquer dessas operações, a Emissora, para que possa seguir com as referidas operações, deverá, obrigatoriamente, em até 15 (quinze) dias contados da data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 5.3.8 ou da data em que a Assembleia Geral de Debenturistas, em segunda convocação, deveria ter sido realizada mas não o foi, realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Debêntures, a qual deverá observar os procedimentos previstos nas Cláusulas 5.3.1 a 5.3.7 acima para realização do Resgate Antecipado Facultativo, podendo ser dispensado o envio da Comunicação de Resgate caso, na Assembleia Geral de Debenturistas que não aprovou as operações mencionadas na Cláusula 5.3.8 acima e que contou com a presença da totalidade dos Debenturistas, a Emissora apresente à totalidade dos Debenturistas e faça constar em tal Assembleia todas as informações constantes da Cláusula 5.3.3 acima ("Resgate Antecipado Obrigatório" e "Data do Resgate Antecipado Obrigatório", respectivamente).

5.3.8.1.1 No Resgate Antecipado Obrigatório, as Debêntures serão resgatadas pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, o que tiver ocorrido por último, até a data de seu efetivo pagamento, e Encargos Moratórios devidos e não pagos, se houver ("Valor de Resgate Antecipado Obrigatório"). Adicionalmente, a Emissora também pagará aos Debenturistas, no caso de Resgate Antecipado Obrigatório, prêmio incidente sobre o saldo devedor das Debêntures, conforme tabela prevista na Cláusula 5.3.4 acima.

5.4. Vencimento Antecipado

5.4.1. Hipóteses de vencimento antecipado

5.4.1.1 O Agente Fiduciário deverá, observado o disposto nesta Escritura, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, o que tiver ocorrido por último, até a data de seu efetivo pagamento, e dos Encargos Moratórios, se houver independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

17



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000



(i) (a) pedido de autofalência da Emissora e/ou de qualquer controlada cuja representatividade de seu EBITDA Ajustado (conforme definido abaixo) no EBITDA Ajustado consolidado da Emissora seja equivalente ou superior a 15% (quinze por cento) ("Controlada Relevante") e/ou pedido de falência da Emissora e/ou de qualquer Controlada Relevante formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (b) decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer Controlada Relevante; (c) pedido de recuperação judicial, independentemente do deferimento de seu processamento ou da sua concessão pelo juiz competente, ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou de qualquer Controlada Relevante, independentemente da homologação judicial do plano de recuperação; ou (d) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;

(ii) descumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, desde que tal descumprimento não seja sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil a contar do referido descumprimento, exceto nos casos em que haja previsão de prazo de cura específico, conforme aplicável;

(iii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária referente à Emissão e desde que tal descumprimento não seja sanado no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do referido descumprimento, exceto nos casos em que haja previsão de prazo de cura específico, conforme aplicável;

(iv) declaração de vencimento antecipado, por descumprimento contratual, de qualquer dívida da Emissora ou de qualquer Controlada Relevante, em valor individual superior a R\$24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais) ou em valor agregado superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu valor equivalente em outras moedas, atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA;

(v) inadimplemento, em sua respectiva data de vencimento, que não seja sanado em até 2 (dois) dias úteis da data de inadimplemento ou após decorrido qualquer prazo de cura, nos casos em que haja previsão de prazo específico, de qualquer dívida, passivo ou outra obrigação financeira da Emissora (que não aquela descrita no item (ii) acima) ou de qualquer Controlada Relevante, em valor individual superior a R\$24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais) ou em valor agregado superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, salvo se o não pagamento da dívida, passivo ou outra obrigação financeira na data de seu respectivo vencimento (a) contar com a concordância do credor da respectiva dívida, passivo ou obrigação financeira; ou (b) estiver amparado por decisão judicial vigente obtida pela Emissora, em ambos os casos desde que formalmente comprovados ao Agente Fiduciário em até 1 (um) dia útil contado do respectivo inadimplemento;

(vi) inadimplemento, pela Emissora e/ou qualquer Controlada Relevante, de decisão judicial em segunda instância ou de sentença arbitral definitiva, ou existência, contra a Emissora ou

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050

Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA

Arquivamento: ED33000736-4/000

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



qualquer Controlada Relevante, de decisão e/ou multa administrativa definitivas; em qualquer caso que imponham, para a Emissora e/ou para qualquer Controlada Relevante, obrigação de pagamento de valor individual ou agregado superior a R\$48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais) ou seu valor equivalente em outras moedas, atualizado, anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, exceto se a Emissora comprovar ao Agente Fiduciário que: (a) no caso de decisão judicial em segunda instância, os valores a serem pagos foram devidamente provisionados nas suas demonstrações financeiras, conforme as regras contábeis brasileiras aplicáveis, sem comprometer o adimplemento das obrigações previstas na presente Escritura; ou (b) no caso de decisão e/ou multa administrativa definitivas, os valores foram devidamente pagos ou o mérito de tais decisões está sendo discutido, pela Emissora e/ou qualquer Controlada Relevante, conforme o caso, em boa-fé na esfera judicial, e, quando existente, com base em jurisprudência vencedora dominante;

(vii) transformação da Emissora, em sociedade empresária limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da das Sociedades por Ações, e/ou cancelamento de seu registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM;

(viii) na hipótese de quaisquer dos documentos referentes à Emissão se tornarem comprovadamente inexequíveis ou inválidos nos termos da legislação aplicável;

(ix) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão, na data em que foram prestadas;

(x) pagamentos aos acionistas da Emissora de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a Emissora estiver inadimplente com os Debenturistas em relação a qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures, exceto se aprovado por titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação e ressalvado o pagamento do dividendo obrigatório previsto em lei;

(xi) protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou suas Controladas Relevantes (essas últimas consideradas em conjunto) com valor individual ou agregado superior a R\$48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, atualizado, anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, salvo se for comprovado, pela Emissora ao Agente Fiduciário, que o referido protesto foi sustado ou cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data de intimação do protesto, o qual será considerado como prazo de cura;

(xii) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, que modifique ou restrinja substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas, excetuando-se a alteração que torne a Emissora uma sociedade operacional, adotando um objeto semelhante ao de suas Controladas Relevantes ou, nos demais casos, se obtida autorização prévia de titulares de, no mínimo, 75%

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

19



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000



(setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;

(xiii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas na Escritura, sem prévia autorização dos Debenturistas;

(xiv) redução de capital social da Emissora, exceto: (a) nos casos de redução de capital realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; (b) qualquer redução de capital que se faça necessária no âmbito da incorporação das ações de emissão da Emissora pela Kroton Educacional S.A., conforme divulgado ao mercado por meio de fato relevante datado de 8 de julho de 2016 ("Transação Kroton"); ou (c) com prévia autorização de titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;

(xv) alteração do Estatuto Social da Emissora que seja seguida de exercício de direito de retirada por qualquer dos acionistas da Emissora, em montante que possa afetar, direta ou indiretamente, o cumprimento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão, a exclusivo critério dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, exceto se tal alteração for (a) ratificada na referida Assembleia Geral de Debenturistas; (b) decorrente de exigências do Regulamento do Novo Mercado; ou (c) necessária para homologação de aumento de capital social em função do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Emissora, desde que devidamente comprovado pela Emissora aos Debenturistas;

(xvi) na hipótese de serem prestadas, pela Emissora ou por suas Controladas Relevantes, conforme aplicável, durante o prazo das Debêntures, garantias fora do curso normal de seus negócios, em operações não contempladas em seu objeto social, ressalvada (a) a concessão de fiança em locação de imóveis para a instalação de campus (b) a outorga de garantias nos termos na Cláusula 5.3.8 acima;

(xvii) ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Emissora, incluindo a alienação, cessão ou transferência direta de ações do capital social da Emissora, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resultem na aquisição originária do Poder de Controle da Emissora, de forma direta ou indireta, por algum acionista ou grupo de acionistas vinculado por acordo de votos, sob controle comum, ou, ainda, representando mesmo centro de interesses, exceto por qualquer alteração na composição societária da Emissora que seja resultante da Transação Kroton. Para fins deste item (xvii), "Poder de Controle" significa, cumulativamente: (a) a titularidade de direitos de sócios que assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral da Emissora e o poder de eleger a maioria dos administradores da Emissora; e (b) o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos societários da Emissora, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito;

(xviii) a qualquer tempo, contratação e/ou assunção, pelas Controladas Relevantes consideradas em conjunto, sem prévia autorização de titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, de toda e qualquer dívida, empréstimo e/ou financiamento

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000



em valor individual ou agregado superior a R\$119.000.000,00 (cento e dezenove milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, atualizado, anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA ("Limite de Endividamento"). Excetuam-se, exclusivamente, do conceito de dívida, empréstimo e/ou financiamento mencionado acima: (a) o preço de aquisição a ser pago pela Emissora e/ou por quaisquer das Controladas Relevantes na aquisição de participação acionária de sociedades fora do grupo da Emissora, inclusive por meio de fusão, associação ou incorporação (ou outro tipo de operação societária com efeitos similares) ("Operação Societária"), se contabilizado na rubrica "Compromissos a Pagar" da Emissora e/ou de quaisquer das Controladas Relevantes, (b) as obrigações tributárias (REFIS) da sociedade objeto da Operação Societária já existentes na data da Operação Societária; e (c) linhas de banco de fomento e multilaterais de desenvolvimento. Excepcionalmente na hipótese de realização de uma Operação Societária, no caso de assunção, direta ou indiretamente, pela(s) Controlada(s) Relevante(s), de dívida, empréstimo e/ou financiamento já existente na sociedade objeto da Operação Societária, o evento de inadimplemento de que trata este item (xviii) não terá ocorrido se a Emissora, no prazo de 75 (setenta e cinco) dias contados da data de realização da Operação Societária em questão, restabelecer o Limite de Endividamento previsto neste item (xviii);

(xix) emissão, pela Emissora ou suas Controladas, de novas dívidas no mercado de capitais, em grau preferencial (sênior) em relação à presente Emissão, sem a anuência dos Debenturistas, desde que sem observância do disposto nas Cláusulas 5.3.8 e 5.3.8.1 acima;

(xx) ocorrência de eventos relevantes que comprovadamente afetem a capacidade operacional, legal e/ou financeira da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes;

(xxi) aquisição e/ou fusão e/ou incorporação de ativos pela Emissora que não sejam aderentes ao seu objeto social;

(xxii) redução do patrimônio líquido da Emissora com o objetivo de ressarcir acionistas que desejam se desvincular do negócio; ou

(xxiii) não observância, pela Emissora, enquanto houver Debêntures em circulação, de qualquer dos seguintes índices e limites financeiros a serem calculados trimestralmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora ("Índices e Limites Financeiros"):

- (a) Ativo Circulante / Passivo Circulante $\geq 1,00x$;
- (b) Dívida Financeira Líquida / EBITDA Ajustado $\leq 2,50x$;
- (c) Passivo Total / Patrimônio Líquido $\leq 1,50x$;
- (d) EBITDA Ajustado / Despesa Financeira Líquida $\geq 1,25x$; e
- (e) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) $> 1,30x$.

Para os fins do disposto no inciso (xxv) acima, os termos abaixo tem os seguintes significados:

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

21



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000



5293158

Ativo Circulante: conta de ativo circulante das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora.

Passivo Circulante: conta de passivo circulante das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora.

Dívida Financeira Líquida: (+) Endividamento Total (-) Disponibilidades, conforme definições abaixo:

Endividamento Total: (+) **Endividamento Curto Prazo** (+) **Endividamento Longo Prazo** (+) dívidas e obrigações referentes às aquisições realizadas pela Emissora e/ou suas Controladas, inclusive as obrigações contabilizadas na conta "Compromissos a Pagar" das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora.

Endividamento Curto Prazo: (+) saldo devedor de principal e juros de empréstimos e financiamentos de curto prazo com instituições financeiras, conforme demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, incluindo operações de mercado de capitais de curto prazo;

Endividamento Longo Prazo: (+) saldo devedor de principal e juros de empréstimos e financiamentos de longo prazo com instituições financeiras, conforme demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, incluindo operações de mercado de capitais de longo prazo.

Disponibilidades: saldo de caixa e aplicações financeiras.

EBITDA Ajustado: (+) resultado operacional recorrente antes do resultado financeiro, (+) depreciação e (+) amortização de ágio, líquida de deságio, relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração.

Passivo Total: (+) passivo circulante (+) passivo não circulante das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora.

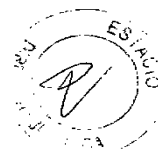
Patrimônio Líquido: a conta de patrimônio líquido das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora (inclusive participação dos minoritários da Emissora, caso aplicável).

Despesa Financeira Líquida: (+) Despesas Financeiras (-) Receitas Financeiras, conforme definições abaixo:

Despesas Financeiras: somatório, relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data do término do exercício social em referência, dos juros sobre dívidas financeiras, mútuos, títulos e valores mobiliários, deságio na cessão de direitos creditórios, custos de estruturação de

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

22



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000

operações bancárias ou de mercado de capitais, variações monetárias e cambiais passivas, despesas relacionadas a hedge/derivativos, excluindo juros sobre capital próprio; e

Receitas Financeiras: somatório, relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data do término do exercício social em referência, dos juros sobre aplicações financeiras, sobre empréstimos e mútuos ativos, variações monetárias e cambiais ativas, receitas relacionadas a hedge/derivativos.

ICSD: índice de cobertura do serviço da dívida, calculado como Geração de Caixa dividida pelo Serviço da Dívida, conforme definições abaixo:

Geração de Caixa: Disponibilidades no período t-1 (+) EBITDA Ajustado (-) Imposto sobre a Renda (-) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (+/-) Variação da Necessidade de Capital de Giro;

Serviço da Dívida: (+) amortização do principal e pagamento dos juros referentes ao Endividamento Total, relativos aos 12 (doze) meses anteriores à data do término do exercício social em referência;

Variação da Necessidade de Capital de Giro: (+) Necessidade de Capital de Giro no Período t (-) Necessidade de Capital de Giro no Período t-1;

Necessidade de Capital de Giro no Período t: (+) (Ativo Circulante menos Disponibilidades) (-) (Passivo Circulante menos Endividamento de Curto Prazo e adiantamentos para futuro aumento de capital, conforme demonstrações financeiras consolidadas da Emissora); e

Necessidade de Capital de Giro no Período t-1: (+) (Ativo Circulante menos Disponibilidades) (-) (Passivo Circulante menos Endividamento de Curto Prazo e adiantamentos para futuro aumento de capital, conforme demonstrações financeiras consolidadas da Emissora).


Onde: t = referido período de apuração;

t-1 = referido período de apuração do ano anterior;

Os Índices e Limites Financeiros serão acompanhados pelo Agente Fiduciário trimestralmente, com base nas informações financeiras consolidadas da Emissora e nos relatórios elaborados pelos auditores independentes demonstrando a apuração dos Índices e Limites Financeiros. A primeira apuração e verificação dos Índices e Limites Financeiros, nos termos desta Escritura de Emissão, deverá considerar o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

23



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000

25



5.4.1.2 A ocorrência de quaisquer dos eventos descritos nos itens (i); (ii); (iv); (v); (vii); e (ix) acima, não sanados nos respectivos prazos de cura, se aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento do que for devido.

5.4.2. Na ocorrência de quaisquer outros eventos não mencionados na Cláusula 5.4.1.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre o não vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula 8ª desta Escritura. Na Assembleia Geral de Debenturistas, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. Caso não seja instalada a Assembleia Geral de Debenturistas, em razão de não haver o *quorum* mínimo mencionado na presente Cláusula, ou caso instalada, os Debenturistas decidam pelo vencimento antecipado, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, comunicando tal fato à Emissora, nos termos da Cláusula 5.4.4 abaixo.

5.4.3. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá, em até 1 (um) dia útil contado da data de decretação do vencimento antecipado, enviar carta protocolada ou com aviso de recebimento à Emissora, com cópia para a CETIP, para o Banco Liquidante e para o Escriturador, informando tal evento, para que a Emissora efetue o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, o que tiver ocorrido por último, até a data de seu efetivo pagamento, acrescido dos Encargos Moratórios, se houver, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário. Conforme operacionalmente necessário, os pagamentos mencionados acima serão realizados fora do ambiente da CETIP.

5.4.4. A CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência do pagamento referido na Cláusula 5.4.3 acima.

5.4.5. Caso a Emissora não realize o pagamento previsto nos termos da Cláusula 5.4.3 acima na data de decretação do vencimento antecipado, sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios, serão acrescidos Encargos Moratórios, incidentes desde a data de decretação do vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento, conforme Cláusula 4.8.3.1 acima.

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. Além de observar as obrigações impostas pela legislação em vigor, a Emissora se obriga a:

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

24



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000



(i) fornecer ao Agente Fiduciário:

(a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social e dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre, ou nas datas de suas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas auditadas relativas ao respectivo exercício social ou cópia de suas informações trimestrais revisadas relativas ao respectivo trimestre, conforme aplicável, ambas acompanhadas do relatório da administração da Emissora e do parecer dos auditores independentes, bem como memória de cálculo, elaborada pela Emissora, demonstrando a apuração dos Índices e Limites Financeiros, explicitando as rubricas necessárias à sua apuração, nos termos do inciso (xxiii) da Cláusula 5.4.1.1 acima, sob pena de impossibilidade de acompanhamento dos referidos Índices Financeiros pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos auditores independentes da Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, sendo que as informações acima deverão sempre ser acompanhadas de declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das disposições constantes desta Escritura de Emissão tanto pela Emissora quanto por suas Controladas;

(b) no encerramento de cada exercício social, cópia atualizada do organograma do grupo societário da Emissora, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável;

(c) todas as informações, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado no inciso (xii) da Cláusula 7.4, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto no inciso (xiii) da Cláusula 7.4 abaixo;

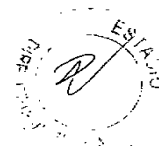
(d) documentos comprobatórios da utilização dos recursos captados na presente Emissão, decorrentes da integralização das Debêntures, nos termos da Cláusula 3.7 desta Escritura de Emissão, conforme aplicável;

(e) nos mesmos prazos previstos para o envio dessas informações à CVM, cópia das informações periódicas e eventuais previstas na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480");

(f) nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM 480, ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados, cópias dos avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas;

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

25



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000

27



(g) no prazo de até 5 (cinco) dias após seu recebimento, (i) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que possa ter ou causar um efeito adverso relevante nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora e/ou no cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures, no todo ou em parte (em conjunto, "Efeito Adverso Relevante"); e (ii) informações sobre qualquer evento que possa ter ou causar um Efeito Adverso Relevante;

(h) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 4.9 acima;

(i) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do descumprimento, sem prejuízo do disposto no inciso (vi) abaixo, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão;

(j) no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data da respectiva solicitação, qualquer informação relevante para os Debenturistas que lhe venha a ser solicitada; e

(k) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário.

(ii) atender integralmente às obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM; (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM; (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, e manter tais documentos disponíveis na mesma página por um prazo de 3 (três) anos; (d) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação; (e) divulgar a ocorrência de fato relevante em sua página na rede mundial de computadores, comunicando imediatamente aos Coordenadores; e (f) fornecer as informações solicitadas pela CVM;

(iii) manter, em adequado funcionamento, atendimento eficiente aos Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;

(iv) atender, de forma eficiente, às solicitações legítimas dos Debenturistas e do Agente Fiduciário;

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

26



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000



5293163

(v) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacionem às Debêntures, caso o Agente Fiduciário devendo fazer não o faça;

(vi) informar ao Agente Fiduciário, na data da ocorrência, a ocorrência de qualquer evento considerado como hipótese de vencimento antecipado, nos termos da Cláusula 5.4 acima;

(vii) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;

(viii) manter atualizado o registro de companhia aberta na CVM e disponibilizar, via sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as normas de divulgação de informações determinadas pela legislação e pela regulamentação da CVM;

(ix) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes da Emissora;

(x) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;

(xi) cumprir, no que for aplicável, rigorosamente à legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, bem como o disposto na regulamentação trabalhista, inclusive no que se refere à inexistência de trabalho escravo e infantil, adotando as mesmas medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. A Emissora obriga-se, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;

(xii) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

(xiii) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

27



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000



(xiv) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures nos termos da Cláusula 3.7 acima;

(xv) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante, o Escriturador e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP 21);

(xvi) efetuar, sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário;

(xvii) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures e que sejam de responsabilidade da Emissora;

(xviii) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações prestadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;

(xix) informar ao Agente Fiduciário qualquer alteração na legislação e/ou nas práticas contábeis aplicáveis à elaboração das suas demonstrações financeiras que possa impactar os critérios e parâmetros de cálculo dos Índices e Limites Financeiros;

(xx) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;

(xxi) enviar pelo sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de seu recebimento, o relatório elaborado pelo Agente Fiduciário a que se refere a Cláusula 7.4 abaixo, inciso (xii);

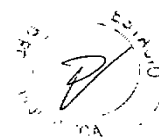
(xxii) notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer Assembleia Geral pela Emissora;

(xxiii) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitado;

(xxiv) na forma, prazos e condições previstos na legislação em vigor, apresentar ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes nos termos da regulamentação expedida pela CVM;

(xxv) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante todo o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000



(xxvi) prestar informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Profissionais e/ou aos Investidores Qualificados, conforme o caso, uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Emissão;

(xxvii) com suas coligadas, Controladas ou sociedade sob controle comum, apresentar documentos que não contenham impropriedades que possam prejudicar a regularidade da Emissão;

(xxviii) realizar a manutenção de toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes e relevantes, os quais dão a ela ou qualquer Controlada, direta ou indireta, condição fundamental de funcionamento;

(xxix) comunicar em até 1 (um) Dia Útil, ao Agente Fiduciário, aos Debenturistas e autoridades cabíveis a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, a ser assumida em decorrência da Emissão;

(xxx) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, em sua condição financeira, societária e/ou operacional que possa afetar a decisão dos Investidores Profissionais e/ou dos Investidores Qualificados, conforme aplicável, de adquirir as Debêntures;

(xxxi) sempre cumprir estritamente as Obrigações Anticorrupção (conforme definido abaixo) e monitorar seus colaboradores, agentes e pessoas ou entidades que estejam agindo por sua conta para garantir o cumprimento das Obrigações Anticorrupção. Para fins do presente item: (a) “Obrigações Anticorrupção” significa (1) não ter utilizado ou não utilizar recursos da Emissora para o pagamento de contribuições, presentes ou atividades de entretenimento ilegais ou qualquer outra despesa ilegal relativa a atividade política; (2) não fazer ou não ter feito qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros; (3) não ter realizado ou não realizar ação destinada a facilitar uma oferta, pagamento ou promessa ilegal de pagar, bem como não ter aprovado ou não aprovar o pagamento, a doação de dinheiro, propriedade, presente ou qualquer outro bem de valor, direta ou indiretamente, para qualquer “oficial do governo” (incluindo qualquer oficial ou funcionário de um governo ou de entidade de propriedade ou controlada por um governo ou organização pública internacional ou qualquer pessoa agindo na função de representante do governo ou candidato de partido político) a fim de influenciar qualquer ação política ou obter uma vantagem indevida com violação da lei aplicável; (4) não praticar ou não ter praticado quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (5) não ter realizado ou não realizar qualquer pagamento ou tomar qualquer ação que viole qualquer Lei Anticorrupção (conforme definido abaixo); (6) não ter realizado ou não realizar um ato de corrupção, pago propina ou qualquer outro valor ilegal, bem como influenciado o pagamento de qualquer valor indevido; (7) conduzir seus negócios em conformidade com as Leis Anticorrupção aplicáveis às

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000



31

quais pode estar sujeita, bem como instituir e manter, e se obrigar a continuar mantendo, políticas e procedimentos elaborados para garantir a contínua conformidade com referidas normas; (8) manter políticas e procedimentos internos que asseguram integral cumprimento das Leis Anticorrupção; (9) dar pleno conhecimento das políticas e procedimentos a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Emissora, previamente ao início de sua atuação no âmbito deste documento; (10) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; (11) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicar na mesma data o Agente Fiduciário acerca de tal conhecimento, o qual poderá tomar todas as providências que entender necessárias; e (12) realizar quaisquer pagamentos devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário exclusivamente por meio de transferência bancária ou cheque (em conjunto, "Obrigações Anticorrupção"); e (b) "Leis Anticorrupção" significa quaisquer dispositivos de qualquer lei ou regulamento, nacional ou estrangeiro, que versam contra prática de corrupção ou atos lesivos contra a administração pública, incluindo a Lei 12.846, de 10 de agosto de 2013, e *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977*, conforme aplicável;

(xxxii) não divulgar ao público informações referentes a ela, à Emissão ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400"), conforme alterada;

(xxxiii) abster-se, até o envio da comunicação de encerramento da oferta à CVM, de (a) revelar informações relativas à Emissão, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e (b) utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão;

(xxxiv) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades; e

(xxxv) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas que estejam tempestivamente em processo de obtenção ou renovação perante as autoridades competentes e não possam causar um Efeito Adverso Relevante.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário desta Emissão, a qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

30



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000

32



7.2. O Agente Fiduciário declara:

(i) não ter, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida; aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

(ii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições, e não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;

(iii) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(iv) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;

(v) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;

(vi) aceitar a obrigação de acompanhar a ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado, descritas na Cláusula 5.4 desta Escritura;

(vii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

(viii) que verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento; que tal verificação ocorreu por meio de informações e documentos fornecidos pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional relativo à veracidade das declarações ora apresentadas, com o que os Debenturistas, ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures, declaram-se cientes e de acordo;

(ix) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto; e

(x) na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que não presta serviços de agente fiduciário em outras emissões de Debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Emissora e/ou por

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000

33



sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que atue como agente fiduciário, nos termos da Instrução CVM 28.

7.2.1. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora ou por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3.1. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar a convocação.

7.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora, para que esta comunique aos Debenturistas, mediante convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCERJA, onde será inscrita a presente Escritura.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

32

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000



7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

(i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;

(ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

(iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

(iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, até o limite das informações e documentos fornecidos pela Emissora;

(v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, às expensas da Emissora, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

(vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

(vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;

(viii) solicitar, às expensas da Emissora, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;

(ix) solicitar, às expensas da Emissora, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de justificativa sobre a necessidade de realização da referida auditoria, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

33



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000

35



5293170

(x) convocar, quando cabível ao Agente Fiduciário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.9 desta Escritura;

(xi) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(xii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações e nos termos do artigo 12, inciso XVII da Instrução CVM 28, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

(a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

(b) alterações estatutárias ocorridas no período;

(c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;

(d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(e) amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

(f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

(g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

(h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;

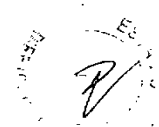
(i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

(j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, Controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea k, itens 1 a 7, da Instrução CVM 28.

(xiii) colocar o relatório de que trata o item (xii) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

34



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000

36



menos nos seguintes locais:

- (a) na sede da Emissora;
- (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
- (c) na CVM;
- (d) na CETIP; e
- (e) na sede do Coordenador Líder.

(xiv) publicar comunicado aos Debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xiii) acima;

(xv) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador e à CETIP;

(xvi) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer, informando prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;

(xvii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias da sua ciência, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;

(xviii) divulgar, em cada dia útil, aos Debenturistas e aos participantes do mercado, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios, calculado pela Emissora, através de sua central de atendimento e/ou do site www.pentagonotrustee.com.br; e

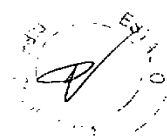
(xix) acompanhar junto à Emissora e ao Banco Liquidante, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão.

7.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

(i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

35



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000

37



caso, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos nas condições especificadas;

(ii) requerer a falência da Emissora, nos termos previstos na legislação e regulamentação aplicáveis;

(iii) tomar todas as providências para a realização dos créditos dos Debenturistas; e

(iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial e/ou insolvência da Emissora, se for o caso, salvo deliberação em contrário.

7.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (iii) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.5 (iv) acima.

7.7. A título de honorários pelos serviços prestados serão devidas pela Emissora parcelas anuais de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) para a prestação dos serviços de Agente Fiduciário, sendo o pagamento da primeira delas até 5 (cinco) dias úteis após a data de assinatura desta Escritura e as demais na mesma data dos anos subsequentes. A primeira parcela será devida ainda que a Emissão não seja integralizada, a título de estruturação e implantação. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja exercendo atividades inerentes a sua função em relação à Emissão, remuneração essa que será calculada *pro rata die*, se necessário.

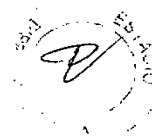
7.7.1. As parcelas de remuneração dispostas na Cláusula 7.7 acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

7.7.2. As parcelas de remuneração dispostas na Cláusula 7.7 acima serão atualizadas pelo Índice Geral de Preços de Mercado ("IGP-M"), ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*.

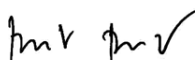
7.7.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida ao Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

36



Handwritten signature.


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000

38



a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*, se necessário.

7.7.4. As remunerações não incluem as despesas com custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à Emissão, notificações, extração de certidões, despesas cartorárias, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, viagens, alimentação, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, desde que acompanhadas dos respectivos comprovantes, após, sempre que possível, prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento. Eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora. O Agente Fiduciário deverá enviar à Emissora todos os comprovantes de despesas para que esta possa acompanhar tais gastos.

7.7.5. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

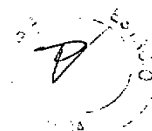
7.7.6. Eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ou alteração nas características da Emissão facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos.

7.7.7. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, à Emissora. O agente fiduciário substituído fará jus a mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembleia Geral de Debenturistas.

7.7.8. As despesas a que se referem as Cláusulas 7.7.4 e 7.7.5 acima compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

37



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000

39



(i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

(ii) obtenção de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não tenham sido entregues dentro de 10 (dez) dias úteis da data da solicitação;

(iii) locomoções entre estados da federação e respectivas hospedagens, alimentação e transportes, quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas; e

(iv) eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

7.7.9. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

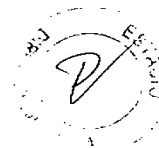
7.7.10. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário (i) que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com os Debenturistas; e/ou (ii) relacionados ao cumprimento, pela Emissora de suas obrigações nesta Escritura de Emissão, somente serão válidas mediante a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

7.7.11. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas e de acordo com as atribuições que lhe são conferidas por lei, regulamentação e pelas demais disposições dessa Escritura. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido das disposições legais e regulamentares aplicáveis e dessa Escritura.

8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

38



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000



5293175

8.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

8.2. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, inclusive no que diz respeito à sua convocação, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

8.3. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação; ou (iv) pela CVM.

8.4. A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 4.9 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

8.5. A publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais referida na cláusula 8.4 acima estará dispensada na hipótese de comparecimento de Debenturistas que representem 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação.

8.6. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*.

8.7. Será: (i) obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora; (ii) facultativa a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, ressalvados os casos em que a presença da Emissora seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, hipótese em que a presença da Emissora será obrigatória.

8.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.9. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.10. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura e nas hipóteses de alteração: (i) na Cláusula 4.1.3 desta Escritura; (ii) na Cláusula 4.16 desta Escritura; (iii) na Cláusula 4.5 desta Escritura; (iv) na Cláusula 4.6 desta Escritura; (v) na

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000



41

Cláusula 4.7 desta Escritura; (vi) na Cláusula 5.4 desta Escritura, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário; (vii) na Cláusula 8 desta Escritura; e (viii) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura, as quais dependerão da aprovação de 90% (noventa) por cento das Debêntures em circulação.

8.11. Para efeito da constituição de *quorum* de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula 8ª, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas Controladas ou coligadas, bem como de titularidade dos respectivos diretores ou conselheiros e dos respectivos parentes até segundo grau e dos respectivos cônjuges destes últimos.

8.12. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quorums* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido em respectiva Assembleia.

8.13. As Partes concordam, desde já, que a presente Escritura, assim como os demais documentos da Emissão, poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e somente: (i) quando tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CETIP, CVM e/ou ANBIMA; (ii) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; ou ainda (iii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora:

Estácio Participações S.A.

Av. Venezuela, nº 43, 6º andar, Saúde

Rio de Janeiro/RJ

CEP: 20081-311

At.: Leonardo Moretzsohn e Daniel Venturini

Tel.: (21) 3311-9700

E-mails: leonardo.moretzsohn@estacio.br / operacoesfinanceiras@estacio.br

(ii) Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

40

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000

42



5293177

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca
Rio de Janeiro, RJ
At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira
Tel.: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046
E-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

(iii) Para o Banco Liquidante

Itaú Unibanco S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100
São Paulo/SP
CEP: 03084-010
At.: Sr. Luiz Petito
Tel: (11) 2470-2596
Fax: (11) 2797-3140
Email: escrituracaorf@itau-unibanco.com.br

(iv) Para o Escriturador:

Itaú Corretora de Valores S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar
São Paulo/SP
CEP: 04538-132
At.: Sr. Luiz Petito
Tel: (11) 2470-2596
Fax: (11) 2797-3140
Email: escrituracaorf@itau-unibanco.com.br

(v) Para a CETIP:

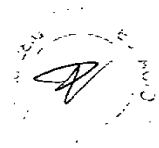
CETIP S.A. – Mercados Organizados

Alameda Xingú, nº 350, 1º andar
Alphaville/SP
CEP: 06455-030
Tel.: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1564
Email: valores.mobiliarios@cetip.com.br

9.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio, por correio eletrônico ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima ou conforme Cláusula 9.3 abaixo.

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

41



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000

43



5293178

9.3. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente).

9.4. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser imediatamente comunicada por escrito à outra Parte.

9.5. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por "dia útil" qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais ou ainda, quando não houver expediente bancário na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ou na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos de pagamentos que devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente "dia útil" será qualquer dia da semana, exceto sábado, domingo ou feriado declarado nacional. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "dia útil", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

9.6. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

9.7. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

9.8. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

9.9. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 784 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 ("Código de Processo Civil"), reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 497, 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

9.10. Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

9.11. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura, bem como de eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

42



Handwritten signature or mark.

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000

44



9.12. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora de elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

10. DECLARAÇÕES

10.1. Sem prejuízo das demais declarações prestadas, a Emissora declara e garante aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, nesta data, que:

- (i) é sociedade por ações com registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM atualizado, devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil;
- (ii) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura têm, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (iii) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial, observados os termos da legislação aplicável;
- (iv) a celebração, os termos e condições desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas e a realização da Emissão e da Oferta: (a) não infringem o estatuto social da Emissora; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte; (c) não resultarão em vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte ou rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; e (d) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora;
- (v) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental, órgão regulatório ou terceiro (incluindo, mas sem limitação no que diz respeito aos aspectos legais, contratuais, societários e regulatórios), é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos desta Escritura, ou para a realização da Emissão, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais necessários;

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

43



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

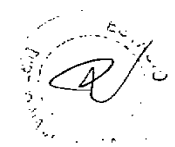
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000

45



- (vi) cada uma de suas Controladas Relevantes foi devidamente constituída e é uma sociedade existente de acordo com as leis do Brasil, com plenos poderes e autoridade para ser titular, arrendar e operar suas propriedades e para conduzir seus negócios;
- (vii) a Emissora e suas Controladas Relevantes possuem justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por elas detidos, exceto quando, individualmente ou em conjunto, não afetem adversamente a capacidade de cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (viii) mantém os seus bens e de suas Controladas Relevantes adequadamente segurados, conforme razoavelmente esperado e de acordo com as práticas correntes de mercado e com o disposto nesta Escritura;
- (ix) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura e não ocorreu e não existe, na presente data, qualquer evento de inadimplemento de seus termos;
- (x) toda e qualquer dívida atualmente existente e contraída até a, e na presente data, pela Emissora e/ou por suas Controladas Relevantes no mercado de capitais não possui grau de preferência (senioridade) em relação à dívida representada pelas Debêntures desta Emissão;
- (xi) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI divulgada pela CETIP, e a forma de cálculo dos Juros Remuneratórios foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- (xii) (a) as informações prestadas por ocasião da Oferta são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, e (b) não há outras informações que não aquelas mencionadas no item (a) acima (1) cuja omissão faça com que qualquer informação apresentada e/ou divulgada no âmbito da Oferta seja falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta e/ou insuficiente e/ou (2) que possa resultar em Efeito Adverso Relevante de sua situação econômico-financeira, jurídica ou de suas atividades ou do cumprimento de suas obrigações no âmbito da Oferta, em prejuízo dos Debenturistas;
- (xiii) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures;
- (xiv) as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, bem como as informações trimestrais da Emissora de 30 de setembro de 2016, representam corretamente a posição patrimonial e financeira consolidada da Emissora naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



5293181

em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM. Desde a data das demonstrações financeiras relativas ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2016, não houve (a) nenhum Efeito Adverso Relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, (b) qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios que seja relevante para a Emissora, e (c) qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora;

(xv) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar Efeito Adverso Relevante à Emissora ou às Debêntures, além daqueles mencionados nas suas demonstrações financeiras e/ou nas informações trimestrais;

(xvi) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, incluindo mas sem limitação no que diz respeito à regulamentação ambiental, trabalhista e às regras emanadas pela CVM, dentre elas aquelas dedicadas à divulgação de ato ou fato relevantes e informações periódicas e eventuais, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;

(xvii) está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;

(xviii) possui válidas e eficazes todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas que estejam tempestivamente em processo de renovação e não possam causar um Efeito Adverso Relevante;

(xix) inexistente (a) descumprimento de qualquer disposição contratual relevante, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, do qual tenha sido a Emissora devidamente notificada, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras e/ou nas informações trimestrais, e (1) que tenha um Efeito Adverso Relevante, ou (2) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura;

(xx) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário e não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções, nos termos das normas aplicáveis, inclusive regulamentares;

(xxi) inexistente violação de qualquer Lei Anticorrupção, pela Emissora e/ou pelas Controladas Relevantes;

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

45



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050

Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA

Arquivamento: ED33000736-4/000

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



(xxii) até a presente data, nem a Emissora e nem qualquer de suas Controladas Relevantes e respectivos, diretores, membros de conselho de administração ("**Representantes**") incorreu nas seguintes hipóteses, bem como tem ciência de que a Emissora, as sociedades do seu grupo econômico e seus respectivos Representantes não podem: (1) ter utilizado ou utilizar recursos da companhia para o pagamento de contribuições, presentes ou atividades de entretenimento ilegais ou qualquer outra despesa ilegal relativa a atividade política; (2) fazer ou ter feito qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros; (3) ter realizado ou realizar ação destinada a facilitar uma oferta, pagamento ou promessa ilegal de pagar, bem como ter aprovado ou aprovar o pagamento, a doação de dinheiro, propriedade, presente ou qualquer outro bem de valor, direta ou indiretamente, para qualquer "oficial do governo" (incluindo qualquer oficial ou funcionário de um governo ou de entidade de propriedade ou controlada por um governo ou organização pública internacional ou qualquer pessoa agindo na função de representante do governo ou candidato de partido político) a fim de influenciar qualquer ação política ou obter uma vantagem indevida com violação da lei aplicável; (4) praticar ou ter praticado quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (5) ter realizado ou realizar qualquer pagamento ou tomar qualquer ação que viole qualquer Lei Anticorrupção; (6) ter realizado ou realizar um ato de corrupção, pago propina ou qualquer outro valor ilegal, bem como influenciado o pagamento de qualquer valor indevido; e

(xxiii) conduz seus negócios em conformidade com as Leis Anticorrupção aplicáveis às quais pode estar sujeita, bem como instituiu e mantém, e se obriga a continuar a manter, políticas e procedimentos elaborados para garantir a contínua conformidade com referidas normas, assim como cumpre e faz cumprir, bem como suas afiliadas, acionistas, funcionários ou eventuais subcontratados cumprem as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, na medida em que: (a) mantém políticas e procedimentos internos que asseguram integral cumprimento de tais normas; (b) dá pleno conhecimento de tais normas a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Emissora, previamente ao início de sua atuação no âmbito deste documento; (c) abstém-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; (d) caso tenham conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicarão na mesma data o Agente Fiduciário acerca de tal conhecimento, que poderá tomar todas as providências que entender necessárias; e (e) realizarão eventuais pagamentos devidos ao Agente Fiduciário exclusivamente por meio de transferência bancária ou cheque.

10.2. A Emissora obriga-se a notificar, na mesma data em que tomar conhecimento, o Agente Fiduciário e os Debenturistas caso qualquer das declarações prestadas nos termos desta Cláusula 10 seja falsa, incorreta, imprecisa, inconsistente, incompleta ou insuficiente na data em que foi prestada, bem como os detalhes de qualquer violação relativa às Obrigações Anticorrupção que eventualmente venha a ocorrer pela Emissora, qualquer de suas Controladas Relevantes e/ou por seus respectivos Representantes.

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

46



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050

Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA

Arquivamento: ED33000736-4/000

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



5293183

11. FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

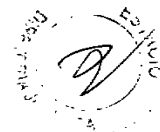
11.2. E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 2016.

* * *

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

47



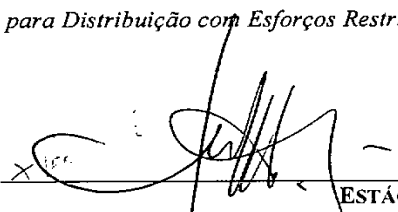
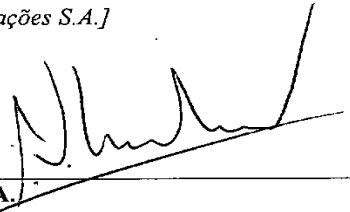
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000



5293184

[Página 1/2 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Quarta (4ª) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição com Esforços Restritos, da Estácio Participações S.A.]

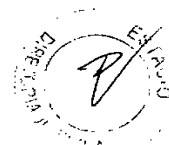
 
ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

Por: Leonardo Moitzsohn de Andrade
Cargo: Diretor Financeiro

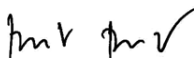
Por: Antonio Higino Viegas
Cargo: Diretor

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

48





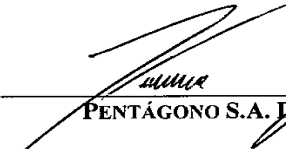


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000




5293185

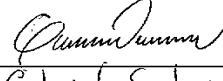
[Página 2/2 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Quarta (4ª) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição com Esforços Restritos, da Estácio Participações S.A.]

 
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Por: **Pedro Silva**
Cargo: **Procurador**

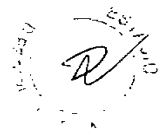
Testemunhas:

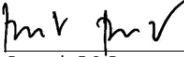
1. 
Nome: **RODRIGO DOS SANTOS VIANNA**
RG: **20.240.066-9**

2. 
Nome: **Gennel Fortuato Teixeira de Azevedo**
RG: **21.107.006-5**

TEXT_SP - 12520919v7 9999.11

49




Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020164383077 - 05/12/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: FF2954F20C3BC7829C19968018864F28DC449264753053667323F156BA205FFA
Arquivamento: ED33000736-4/000